



Proposta de Lei n.º 38/XV/1.<sup>a</sup>  
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 138.º-A

Mapeamento das unidades hidrogeológicas  
e das fontes de água subterrâneas

1. O Governo elabora o mapeamento com a caracterização das águas subterrâneas do País, procedendo à sua atualização de dois em dois anos, numa perspetiva de se ter um conhecimento qualitativo e quantitativo no que concerne às fontes de água subterrâneas existentes no País.
2. No seguimento do disposto no número que antecede, o Governo diligência no sentido da optimização das redes de monitorização de águas subterrâneas, que se configuram por pontos de água (furos, poços e nascentes), onde se proceda ao controlo periódico de parâmetros relativos à quantidade e qualidade da água.



Nota justificativa:

Nos últimos 55 anos, segundo o Banco Mundial, registou-se uma diminuição de 17% nos recursos hídricos renováveis per capita em toda a UE<sup>1</sup>. Embora, em parte, esta situação se deva ao crescimento demográfico, a pressão da atividade económica e a variações no clima.

As temperaturas médias mais elevadas e fenómenos meteorológicos mais frequentes e extremos (designadamente secas), trazem desafios à disponibilidade hídrica na União Europeia<sup>2</sup>.

Segundo a Comissão, as secas extremas ocorridas nos últimos cinco anos na Europa Ocidental e Central causaram danos consideráveis, com perdas absolutas anuais na ordem dos 40 mil milhões de euros/ano<sup>3</sup>.

Para este ano de 2022, as Nações Unidas estabeleceram que o Dia Mundial da Água, comemorado a 22 de março de cada ano, fosse dedicado pela primeira vez à Água Subterrânea, tendo com referência a frase “making the invisible visible” (tornar o invisível visível), integrando várias dimensões em torno dos recursos hídricos subterrâneos, tais como os tecnológicos, científicos, ambientais, sociais e culturais.

A invisibilidade das águas subterrâneas é quase uma propriedade intrínseca, pelo simples facto de se encontrarem abaixo da superfície terrestre onde ocupam poros, interstícios e fendas interligados em solos e rochas de qualquer natureza.

Se só nos referirmos à água doce na forma líquida, que é a forma mais essencial para a vida das sociedades e a vida natural nos meios terrestres, esta invisibilidade contrasta com a visibilidade das águas superficiais dos rios, dos lagos e das albufeiras de barragens. Assim, quando se fala em geral em água doce no estado líquido imediatamente tem-se como referência a água superficial, constituindo esta o paradigma universal das águas doces líquidas.

Na verdade, as águas subterrâneas constituem uma reserva hídrica inestimável para qualquer País. O seu conhecimento e estudo compreendem uma série de questões técnicas, económicas

---

<sup>1</sup> Banco Mundial, Renewable internal freshwater resources per capita (cubic meters) - European Union.

<sup>2</sup> Comissão Europeia – JRC, “World Atlas of Desertification”, Change in aridity - Shifts to drier conditions.

<sup>3</sup> Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Criar uma Europa resiliente às alterações climáticas – a nova Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, COM(2021) 82 final.



e sociais indispensáveis na exploração sustentada deste recurso, tendo em conta a sua manutenção e proteção encarada numa moderna perspetiva de gestão integrada da água.

A técnica associada ao know-how devem caminhar no sentido de melhorarem o conhecimento das unidades hidrogeológicas do território, considerando prioritária a avaliação das reservas, a compreensão dos mecanismos de recarga, as conexões hidráulicas, a localização das fontes de contaminação e a determinação da vulnerabilidades e riscos.

Considerando a sua importância estratégica, em termos de quantidade e qualidade, para o desenvolvimento e bem-estar da humanidade e equilíbrio dos ecossistemas, torna as opções de gestão dos recursos hídricos disponíveis, a chave para um futuro mais sustentável.

Entretanto, Portugal tem vivido uma situação extraordinária de seca, que segundo dados provenientes do World Resources Institute (WRI), o território português encontra-se em níveis preocupantes de stress hídrico, ou seja, a procura de água é superior àquela que está disponível, sendo que a maioria do País apresenta um risco médio-alto, mas regiões do Alentejo e o Algarve já ultrapassam o limiar do risco extremamente elevado.

Por sua vez, segundo estimativas da União Europeia, este período de seca deverá arrastar-se este ano até novembro, sendo que até 2040 as previsões apontam para que grande parte do País esteja sob risco elevado de stress hídrico.

Perante o exposto e considerando que:

- A Lei da Água (Decreto-Lei 58/2005, de 29 de dezembro) estabelece o quadro institucional para a gestão sustentável das águas no global, tendo sido complementada com o Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, que enquadra as águas subterrâneas, mormente no que respeita à sua caracterização, à definição do estado das massas de águas subterrâneas e à sua monitorização;
- No que respeita à avaliação do estado das águas subterrâneas, o Decreto-Lei 208/2008 regulamenta o artigo 47.º da Lei da Água, no respeitante aos critérios e procedimentos para avaliação do estado químico das águas subterrâneas;
- O estado quantitativo das águas subterrâneas é regulado pela Portaria n.º 1115/2009, de 29 de setembro, enquanto o Decreto-Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro estabelece a titularidade dos recursos hídricos e o Decreto-Lei n.º 226 -A/2007, de 31 de maio,



atualizado pelo Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22 de setembro, no que diz respeito aos títulos de utilização de recursos hídricos.

Torna-se premente a elaboração do mapeamento e a caracterização das águas subterrâneas existentes em Portugal, por forma a permitir a obtenção do conhecimento qualitativo e quantitativo das fontes de água subterrâneas, com uma paralela regulamentação das técnicas de pesquisa e captação de águas subterrâneas por parte das empresas de sondagem.

São Bento, 11 de Novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá Ribeiro  
- Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui Afonso - Rui  
Paulo Sousa